

Interlocutor de Collor garante que assessora será mesmo a ministra

É gente que está vivendo de perto esta briga de foice no escuro em que se transformou a indicação do ministro da Economia do governo Collor de Mello, quem afirma: a ministra será mesmo a Zélia Cardoso de Mello, fiel escudeira do presidente durante a campanha e redatora do programa econômico do PRN, ou alguém indicado por ela. Tudo o mais é desinformação plantada na imprensa pelos grupos que disputam o poder e que lutarão até o fim para conquistar alguma capacidade de mandar, daqui para a frente. Entre estes estão, como aconteceu no Brasil da Constituinte e no próprio governo Sarney, aqueles que, embora sempre perdedores de eleições, são especialistas em ganhar o governo...

Quem apostou em Zélia argumenta assim: "Ninguém tem mais intimidade e conhece melhor o pensamento do presidente do que a Zélia; ninguém é mais fiel a ele do que a

Zélia; ele não confia em ninguém como confia na Zélia". À parte esta intimidade toda, a indicação de Zélia, ou de alguém que aja sob a sua batuta, traz outras vantagens para um presidente que tem como um dos maiores problemas de seu governo: a dificuldade de comunicação com os políticos ditos "progressistas" que ainda controlam o Congresso e que começaram esta caminhada em guerra aberta com o presidente eleito.

Pelas suas ligações com o grupo da Fundação Pedroso Horta, "cérebro" do PMDB "progressista", o celeiro dos economistas do partido, grupo este que ainda é detentor de vários centros estratégicos de poder no aparelho do Estado, nas panelas do Congresso e nos grupos organizados de poder e de pressão, Zélia é um nome que vem a calhar para ocupar o principal cargo do governo Collor e manter aberto um canal en-

tre o novo presidente e aqueles que, até agora, se recusaram a conversar com ele.

A maioria dos outros citados como ministeráveis são apenas homens que, por suas atribuições pessoais ou por sua experiência pregressa, foram chamados a expor seu diagnóstico e sua receita ao presidente, como tem de acontecer em ocasiões como esta. Um deles disse textualmente: "Descobri que tem muito mais gente interessada na minha indicação do que eu próprio".

De concreto mesmo, esse interlocutor do presidente só confirma que Collor sabe perfeitamente — como aliás sabe todo mundo, a começar pelos que se têm recusado a fazê-lo — o que tem ser feito para conter a onda inflacionária neste País: cortar radicalmente o déficit público. Sabe também que tem de fazê-lo desde o anúncio da primeira medida, de uma maneira que não

deixe nenhuma dúvida entre os agentes econômicos de que desta vez a coisa é pra valer.

Esta fonte está pessoalmente convencida de que o presidente, em prol da credibilidade almejada, não fará concessões nos cortes. "Funcionário improdutivo, por exemplo, tem de ser cortado não apenas porque é preciso cortar gastos, mas porque é imoral, ilegal e errado em todos os sentidos gastar dinheiro público para sustentar um privilégio." O objetivo, nas palavras deste interlocutor de Collor é "recuperar a legitimidade dos gastos públicos em geral, de modo a convencer os contribuintes de que o imposto que lhes cobram é justo e é bem gasto. Sem isto — está convencido o presidente — nunca conseguirá a cooperação da sociedade para deter a evasão fiscal, ponto-chave do seu pleno de recuperação econômica".